

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2018

Relatório da Administração

Senhor Acionista,

Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), relativas ao semestre findo em 30.06.2018, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

A BB Leasing, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. (BB), com sede e foro em Brasília, localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar, CEP 70.040-250, é uma empresa autônoma registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 31.546.476/0001-56.

A Empresa está inserida no contexto do planejamento estratégico corporativo do BB e se alinha aos objetivos estratégicos do Conglomerado BB, na perspectiva financeira, de maneira a oferecer solução voltada para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

A Empresa tem como principal objeto a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, na forma das normas aplicáveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrentes de contratos de arrendamento mercantil e todas as demais operações facultadas às sociedades da espécie.

Os negócios da Empresa são regidos pela Lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.309/96, que disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

A estratégia de atuação frente ao mercado de arrendamento mercantil nacional está focada nos negócios com o segmento de pessoas jurídicas, o que pode ser observado em sua carteira que, em junho de 2018, tinha 100,00% de sua composição em negócios com esse público.

O principal produto oferecido pela Empresa é o Leasing Financeiro Pessoa Jurídica, modalidade em que a arrendatária tem a intenção de adquirir o bem ao final do arrendamento, pagando o Valor Residual Garantido (VRG) ao longo da vigência do contrato.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Empresa, de capital fechado, não possui Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente e possui Conselho Fiscal próprio e permanente para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa.

A Instituição, por decisão da Assembleia do Acionista de 26.04.2005, aderiu ao Comitê de Auditoria do Conglomerado BB.

MERCADO DE LEASING

De acordo com informações disponibilizadas pela Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL), no período compreendido entre dezembro de 2017 e maio de 2018, o mercado de *leasing* continuou apresentando queda no montante do valor presente da carteira. Enquanto o crédito total no mercado cresceu aproximadamente 0,53% no mesmo período, a carteira total de *leasing* reduziu aproximadamente 5,81%.

Ainda, de acordo com a Associação, os negócios com o segmento de pessoas jurídicas representam o maior volume da carteira do mercado e demonstra o potencial do *leasing* para fomentar a economia nacional.

Em relação ao Imobilizado de Arrendamento por Tipo de Bens, o Item Máquinas e Equipamentos corresponde a 39,60% dos bens arrendados, seguido por Veículos e Afins com 26,63%, Aeronaves com 14,54% e Outros Tipos de Bens, que somam 19,23% do total.

Quanto a Arrendamentos a Receber por Setores de Atividades, o setor mais expressivo é o de serviços, com aproximadamente 55,95% do volume, seguido pela indústria com aproximadamente 15,70%, comércio com aproximadamente 15,13% e outros com aproximadamente 13,22%.

CARTEIRA

Em 30.06.2018 a carteira de Leasing totalizava 1.350 operações ativas, representando um saldo de R\$ 115,488 milhões.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No primeiro semestre de 2018, a BB Leasing distribuiu 25% do lucro líquido disponível, após a destinação às reservas legais, sob a forma de dividendos ao seu acionista.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro líquido da Empresa no primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 85.468 mil. Esse desempenho deveu-se às receitas de intermediação financeira, operações com títulos e valores mobiliários, resultados com instrumentos financeiros derivativos e operações de arrendamento mercantil.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da Empresa adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de risco adotadas pelo Conglomerado BB.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
CIRCULANTE		11.562.037	15.527.191	19.158.749
Disponibilidades	4	119	19	166
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	4.309.668	4.315.335	4.149.440
Aplicações no mercado aberto		4.309.668	4.315.335	4.149.440
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		7.227.463	11.182.159	14.980.276
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	7.227.463	11.182.159	14.980.276
Operações de Arrendamento Mercantil		(7.627)	(12.493)	(20.881)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	37.375	51.720	69.540
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(36.607)	(50.554)	(67.932)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(8.395)	(13.659)	(22.489)
Outros Créditos	8.a	31.583	41.035	48.325
Diversos		31.583	41.035	48.325
Outros Valores e Bens		831	1.136	1.423
Bens não de uso	9.a	857	915	915
(Provisão para desvalorização de bens não de uso)	9.a	(377)	(388)	(388)
Despesas antecipadas	9.b	351	609	896
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		181.544	151.431	196.172
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.756)	(3.854)	(6.255)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	23.664	30.451	46.673
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(23.664)	(30.451)	(46.673)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(1.756)	(3.854)	(6.255)
Outros Créditos	8.a	183.130	155.095	202.217
Diversos		184.678	156.595	203.688
(Provisão para outros créditos)	8.b	(1.548)	(1.500)	(1.471)
Outros Valores e Bens		170	190	210
Despesas antecipadas	9.b	170	190	210
PERMANENTE		255.699	349.357	459.594
Investimentos		--	--	--
Outros investimentos		520	520	520
(Provisão para perdas)		(520)	(520)	(520)
Imobilizado de Arrendamento	10.a	255.699	349.357	459.594
Bens arrendados		344.902	452.255	569.500
(Depreciação acumulada)	10.c	(89.203)	(102.898)	(109.906)
TOTAL DO ATIVO		11.999.280	16.027.979	19.814.515

O Banco do Brasil considera a BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil nas atividades de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das commodities.

No primeiro semestre de 2018 não houve exposição relevante ao risco de mercado na BB Leasing. O mapa de descasamento de indexadores da Empresa é elaborado mensalmente e reportado no Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos do Conglomerado BB. Adicionalmente, é importante destacar que eventuais exposições da Empresa ao risco de mercado, não relacionadas à sua estratégia, são transferidas para o BB Banco Múltiplo.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a ocorrência de descasamento entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Este risco assume duas formas:

- Risco de Liquidez de Mercado: é a possibilidade de perda decorrente da não liquidação de uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado; e
- Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa (*funding*): está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

O Banco do Brasil, por meio da Diretoria de Finanças (DIFIN), faz a gestão de caixa da BB Leasing.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; à desvalorização de contrato de crédito ou de arrendamento decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; à redução de ganhos; às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

As exposições referentes às operações de leasing são consideradas na gestão da carteira de crédito do Banco Múltiplo. As políticas de crédito, estratégias e a tolerância ao risco de crédito definidas para o BB consideram as exposições de *leasing* da entidade. Os processos, procedimentos e sistemas adotados no gerenciamento do risco de crédito do Banco Múltiplo abrangem também as operações da BB Leasing.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão de risco operacional adotado no Banco Múltiplo abrange os processos operacionais da BB Leasing, cabendo ao Banco reparar orientações à empresa que é responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco operacional.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer do primeiro semestre de 2018, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Leasing além daqueles relacionados à auditoria externa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Buscar a otimização do resultado da BB Leasing S.A..
- Utilizar os recursos do Conglomerado para avaliação das melhores oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade e imagem da Instituição.
- Buscar o crescimento de negócios voltados para a modernização e ampliação das empresas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança do acionista, de seus clientes e da sociedade.

PASSIVO/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
CIRCULANTE		3.175.266	5.394.577	4.477.954
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		2.924.696	5.073.980	4.173.796
Recursos de debêntures	11.a	2.924.696	5.073.980	4.173.796
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.a	225	221	272
Finame		225	221	272
Instrumentos Financeiros Derivativos		--	1	34
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	--	1	34
Outras Obrigações		250.345	320.375	303.852
Sociais e estatutárias	13.a	20.299	23.080	30.314
Fiscais e previdenciárias	13.b	120.683	157.368	123.202
Diversas	13.c	109.363	139.927	150.336
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.210.731	6.085.288	10.862.546
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		4.158.273	5.969.407	10.676.258
Recursos de debêntures	11.a	4.158.273	5.969.407	10.676.258
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.a	171	281	336
Finame		171	281	336
Outras Obrigações		52.287	115.600	185.952
Fiscais e previdenciárias	13.b	--	39.967	71.584
Diversas	13.c	52.287	75.633	114.368
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.613.283	4.548.114	4.474.015
Capital		3.261.860	3.261.860	3.261.860
De domiciliados no País	16.a	3.261.860	3.261.860	3.261.860
Reservas de Lucros	16.b	1.351.423	1.286.254	1.212.155
TOTAL DO PASSIVO		11.999.280	16.027.979	19.814.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		229.451	570.983	509.845	2.317.543
Operações de crédito	7.g	8.543	798	15.823	1.235
Operações de arrendamento mercantil	7.b	32.520	46.149	79.806	101.502
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	65.455	102.041	132.578	220.515
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	122.933	421.995	281.638	1.994.291
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(149.557)	(456.791)	(347.613)	(2.067.531)
Operações de captação no mercado	11.b	(120.357)	(417.193)	(275.937)	(1.978.327)
Operações de empréstimos e repasses	12.b	(1)	(3)	(3)	(5)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(27.413)	(35.469)	(68.457)	(78.004)
Provisões para arrendamentos/outros créditos		(1.786)	(4.126)	(3.216)	(11.195)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		79.894	114.192	162.232	250.012
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		(5.297)	(5.957)	(9.574)	(16.924)
Despesas de pessoal	14.a	(683)	(480)	(1.411)	(958)
Outras despesas administrativas	14.b	(1.721)	(2.557)	(3.290)	(5.462)
Despesas tributárias	17.c	(3.670)	(5.907)	(7.631)	(13.071)
Outras receitas operacionais	14.c	2.671	4.065	7.340	6.058
Outras despesas operacionais	14.d	(1.894)	(1.078)	(4.582)	(3.491)
RESULTADO OPERACIONAL		74.597	108.235	152.658	233.088
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	15	70	--	70	--
Receitas não operacionais		70	--	70	--
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		74.667	108.235	152.728	233.088
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.a	(43.675)	(48.199)	(67.260)	(105.449)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(40.209)	(50.119)	(71.404)	(121.738)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.466)	1.920	4.144	16.289
LUCRO LÍQUIDO		30.992	60.036	85.468	127.639
Número de Ações		3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro por Ação (R\$)		10,33	20,01	28,49	42,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
RECEITAS		510.113	2.310.193
Receita da Intermediação Financeira		509.845	2.317.543
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		(3.216)	(11.195)
Outras Receitas/Despesas		3.484	3.845
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(344.397)	(2.056.337)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(3.946)	(6.740)
BB - custos indiretos/suporte operacional		(329)	(325)
Despesas de processamento de dados		(991)	--
Serviços do sistema financeiro		(1.083)	(4.997)
Tarifa/Comissão de fiança		(777)	(1.328)
Corretagens e emolumentos		(74)	(121)
Outras		(692)	31
VALOR ADICIONADO BRUTO		161.770	247.116
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		161.770	247.116
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		161.770	247.116
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		161.770	247.116
Pessoal	14.a	1.411	958
Proventos e honorários		913	630
Benefícios		78	42
FGTS		52	35
Outros encargos		368	251
Impostos, taxas e contribuições		74.891	118.519
Federais		74.303	117.693
Municipais		588	826
Remuneração de Capitais Próprios		85.468	127.639
Dividendos		20.299	30.314
Lucros retidos		65.169	97.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2018

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2016		3.261.860	73.103	1.041.727		4.376.690
Lucro do período		--	--	--	127.639	127.639
Destinações:						
Reservas	16.c	--	6.382	90.943	(97.325)	--
Dividendos (R\$ 10.104,79 por lote de mil ações)	16.c	--	--	--	(30.314)	(30.314)
Saldos em 30.06.2017		3.261.860	79.485	1.132.670	--	4.474.015
Mutações do Período		--	6.382	90.943	--	97.325
Saldos em 31.12.2017		3.261.860	84.344	1.201.910	--	4.548.114
Lucro do período		--	--	--	85.468	85.468
Destinações:						
Reservas	16.c	--	4.274	60.895	(65.169)	--
Dividendos (R\$ 6.766,19 por lote de mil ações)	16.c	--	--	--	(20.299)	(20.299)
Saldos em 30.06.2018		3.261.860	88.618	1.262.805	--	4.613.283
Mutações do Período		--	4.274	60.895	--	65.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 – A BB LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing) é uma sociedade controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis. Está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar, CEP 70.040-250 – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e civis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Leasing, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 21.08.2018.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Leasing são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balanços mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Nota 6.b).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa – para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

e) Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber – registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber – são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como nível H assim permanecem por 180 dias, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota 7.e).

Superveniência/Insuficiência de depreciação – o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniências/Insuficiências de Depreciações" do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do Bacen e computado no resultado.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste a valor presente e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do Bacen.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (1)	20%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota de 15% até 31.08.2015 e de 20% a partir de 01.09.2015, conforme Lei nº 13.169/2015.

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006, CMN nº 4.192/2013 e CMN nº 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB Leasing ocorrerão em períodos futuros (Nota 9.b). As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas na medida em que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

O Imobilizado de Arrendamento é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo (Nota 10).

Os valores registrados no grupo "perdas em arrendamentos a amortizar", apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de *leasing*, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB Leasing avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Leasing elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 (Nota 20).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Provisões para passivos contingentes são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para o cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados

nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Leasing adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
Disponibilidades	119	19	166
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	4.309.668	4.315.335	4.149.440
Total	4.309.787	4.315.354	4.149.606

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor.

5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	4.309.668	4.315.335	4.149.440
Total	4.309.668	4.315.335	4.149.440

Ativo circulante	4.309.668	4.315.335	4.149.440
------------------	-----------	-----------	-----------

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Rendas de aplicações no mercado aberto – posição bancada	65.455	102.041	132.578	220.515
Total	65.455	102.041	132.578	220.515

6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Em 30.06.2018, 31.12.2017 e 30.06.2017 não houve aplicação em operações de Títulos e Valores Mobiliários – TVM.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para reduzir o risco de mercado das operações.

Os valores relativos aos contratos de opções – Box Duas Pontas referem-se à aplicação dos recursos provenientes da captação pela emissão de debêntures (Nota 11.a) e têm a característica de aplicação de renda fixa.

As operações de *Swap*, representadas pela diferença de taxas CDI/pré, são contratadas a título de instrumento de proteção.

	30.06.2018			31.12.2017			30.06.2017		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Opções ⁽¹⁾									
Posição ativa	14.454.572	7.227.286	7.227.463	22.390.426	11.178.630	11.182.159	29.958.600	14.979.300	14.980.276
De Compra – Posição									
Compra	7.227.286	97.302	157.561	11.195.213	156.757	189.130	14.979.300	199.598	260.552
De Venda – Posição									
Compra	7.227.286	7.129.984	7.069.902	11.195.213	11.021.873	10.993.029	14.979.300	14.779.702	14.719.724
Contratos de Swap ⁽¹⁾									
Posição passiva	7.227.286	(636)	--	11.178.630	1.581	1	14.979.300	--	34
Swap – CDI/Pré	7.227.286	(636)	--	11.178.630	1.581	1	14.979.300	--	34
Ativo circulante			7.227.463			11.182.159			14.980.276
Passivo circulante			--			1			34

(1) Operações com prazo de vencimento de até 30 dias.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Mercado de opções – box duas pontas	122.677	422.111	280.613	1.991.605
Swap	256	(116)	1.025	2.686
Total	122.933	421.995	281.638	1.994.291

d) Determinação do Valor Justo

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen nº 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

e) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela BB Leasing são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a BB Leasing estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	30.06.2018			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Instrumentos financeiros derivativos	7.227.463	--	7.227.463	--
Contratos de Opções - Box duas Pontas	7.227.463	--	7.227.463	--
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	--	--	--	--
Contratos de Swap	--	--	--	--

	31.12.2017			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Instrumentos financeiros derivativos	11.182.159	--	11.182.159	--
Contratos de Opções - Box duas Pontas	11.182.159	--	11.18	

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2018

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	30.06.2018	%	31.12.2017	%	30.06.2017	%
Setor privado						
Pessoa física	--	0,0	812	0,5	1.246	0,6
Pessoa jurídica	115.489	100,0	154.207	99,5	216.155	99,4
Automotivo	17.812	15,4	23.533	15,2	28.057	12,9
Serviços	17.347	15,0	23.856	15,4	37.313	17,2
Comércio varejista	11.175	9,7	12.458	8,0	13.911	6,4
Transportes	10.298	8,9	15.982	10,3	25.249	11,6
Agronegócio de origem animal	7.532	6,5	9.798	6,3	11.770	5,4
Agronegócio de origem vegetal	6.932	6,0	8.647	5,6	11.051	5,1
Atividades específicas da construção	5.539	4,8	8.215	5,3	11.825	5,4
Químico	5.457	4,7	6.664	4,3	7.352	3,4
Mineração e metalurgia	5.240	4,5	4.670	3,0	9.199	4,2
Eletroeletrônico	4.389	3,8	5.444	3,5	8.626	4,0
Energia elétrica	4.195	3,6	2.897	1,9	3.015	1,4
Petroleiro	3.171	2,8	5.189	3,3	7.434	3,4
Comércio atacadista e indústrias diversas	2.950	2,6	3.768	2,4	4.807	2,2
Papel e celulose	2.527	2,2	3.750	2,4	5.852	2,7
Têxtil e confecções	2.496	2,2	4.273	2,8	5.630	2,6
Construção pesada	2.255	2,0	3.376	2,2	5.573	2,6
Madeiro e moveleiro	1.667	1,4	2.834	1,8	4.593	2,1
Telecomunicações	1.464	1,3	2.935	1,9	5.163	2,4
Imobiliário	1.403	1,2	2.405	1,6	3.756	1,7
Insumos agrícolas	1.075	0,9	2.621	1,7	4.605	2,1
Demais atividades	565	0,5	892	0,6	1.374	0,6
Total	115.489	100,0	155.019	100,0	217.401	100,0

Em atendimento às normas do Bacen, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	Nota	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos		61.039	82.171	116.213
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber		(60.271)	(81.005)	(114.605)
Imobilizado de arrendamento financeiro	10.a	255.699	349.357	459.594
Cretores por antecipação de valor residual	13.c	(140.978)	(195.504)	(243.801)
Valor presente dos contratos de arrendamentos financeiros/outras operações		115.489	155.019	217.401

d) Composição da Carteira Segregada por Níveis de Risco e Prazo

Operações em Curso Normal												
	30.06.2018								31.12.2017		30.06.2017	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	Total
Parcelas vincendas												
01 a 30	2.413	1.496	2.004	1.108	50	14	3	15	23	7.126	10.073	13.409
31 a 60	2.229	1.517	1.953	1.042	49	13	3	14	23	6.843	9.820	12.656
61 a 90	2.101	1.469	1.809	995	49	12	3	14	19	6.471	8.498	12.102
91 a 180	8.529	4.540	4.794	2.491	54	101	8	25	37	20.579	22.717	32.025
181 a 360	7.104	7.887	7.626	3.292	26	132	15	63	51	26.196	38.475	48.768
Acima de 360	7.942	10.958	11.174	3.891	6	137	54	116	21	34.299	46.432	65.689
Parcelas vencidas												
Até 14 dias	--	2	49	119	--	11	2	5	13	201	438	373
Subtotal	30.318	27.869	29.409	12.938	234	420	88	252	187	101.715	136.453	185.022
Operações em Curso Anormal												
	30.06.2018								31.12.2017		30.06.2017	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	Total
Parcelas vincendas												
01 a 30	--	--	--	97	55	182	18	32	326	710	929	1.513
31 a 60	--	--	--	86	54	178	17	31	275	641	904	1.469
61 a 90	--	--	--	81	49	175	16	31	252	604	851	1.398
91 a 180	--	--	--	167	104	491	43	74	689	1.568	2.340	3.805
181 a 360	--	--	--	234	144	831	68	119	905	2.301	3.437	6.088
Acima de 360	--	--	--	142	104	2.482	67	88	515	3.398	3.762	7.825
Parcelas vencidas												
01 a 14	--	--	--	46	33	72	11	28	114	304	416	614
15 a 30	--	--	33	38	24	114	8	4	217	438	620	963
31 a 60	--	--	--	56	74	205	22	28	330	715	915	1.418
61 a 90	--	--	--	57	172	19	25	326	599	774	1.260	1.620
91 a 180	--	--	--	--	54	43	73	995	1.165	1.689	2.955	3.805
181 a 360	--	--	--	--	--	--	--	1.287	1.287	1.840	2.909	3.805
Acima de 360	--	--	--	--	--	--	--	44	44	89	162	1.620
Subtotal	--	--	33	947	698	4.956	332	533	6.275	13.774	18.566	32.379
Total	30.318	27.869	29.442	13.885	932	5.376	420	785	6.462	115.489	155.019	217.401

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo Provisão	30.06.2018				31.12.2017		30.06.2017	
		Valor das Operações	Valor da Provisão	Provisão Complementar ⁽¹⁾	Provisão Total	Valor das Operações	Provisão Total	Valor das Operações	Provisão Total
AA	--	30.318	--	--	--	34.808	--	48.638	--
A	0,5	27.869	139	46	185	26.084	154	26.785	169
B	1	29.443	294	133	427	50.834	654	69.845	980
C	3	13.886	417	188	605	22.192	1.005	37.891	1.784
D	10	932	93	2	95	2.747	284	4.855	678
E	30	5.376	1.613	5	1.618	3.025	911	3.542	1.063
F	50	419	210	--	210	898	449	1.903	952
G	70	784	549	--	549	1.294	919	2.747	1.923
H	100	6.462	6.462	--	6.462	13.137	13.137	21.195	21.195
Total		115.489	9.777	374	10.151	155.019	17.513	217.401	28.744

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Saldo inicial	(13.304)	(29.767)	(17.513)	(38.638)
(Reforço)/reversão	(1.763)	(3.997)	(3.169)	(11.054)
Baixas para prejuízo	4.916	5.020	10.531	20.948
Saldo final	(10.151)	(28.744)	(10.151)	(28.744)
Ativo circulante	(8.395)	(22.489)	(8.395)	(22.489)
Ativo realizável a longo prazo	(1.756)	(6.255)	(1.756)	(6.255)

g) Informações Complementares

	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	8.543	798	15.823	1.235
Montante dos créditos renegociados	172	3.240	172	3.632

(1) Registrado no resultado em Receitas de Operações de Crédito, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

8) OUTROS CRÉDITOS
a) Composição

	Nota	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
Diversos				
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	17.e	129.571	143.713	180.492
Devedores por depósitos em garantia	20.d	71.069	50.930	46.833
Impostos e contribuições a compensar		12.704	436	21.864
Outros		2.917	2.551	2.824
Subtotal		216.261	197.630	252.013
(Provisão para outros créditos sem características de concessão de crédito) ⁽¹⁾		(1.548)	(1.500)	(1.471)
Total		214.713	196.130	250.542
Ativo circulante		31.583	41.035	48.325
Ativo realizável a longo prazo		183.130	155.095	202.217

(1) Trata-se de provisão para perdas em recebimento de títulos precatórios do Governo do Estado de São Paulo no valor de R\$ 1.497 mil (R\$ 1.449 mil em 31.12.2017 e R\$ 1.419 mil em 30.06.2017) e desvalorização de incentivos fiscais – Finor, no valor de R\$ 51 mil (R\$ 51 mil em 31.12.2017 e R\$ 52 mil em 30.06.2017).

b) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Saldo inicial	(1.524)	(1.342)	(1.500)	(1.330)
Reversão/(reforço)	(24)	(129)	(48)	(141)
Saldo final	(1.548)	(1.471)	(1.548)	(1.471)
Ativo realizável a longo prazo	(1.548)	(1.471)	(1.548)	(1.471)

9 – OUTROS VALORES E BENS
a) Bens Não de Uso Próprio

	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
Máquinas e equipamentos	558	558	558
Veículos e afins	213	271	271
Bens em regime especial	86	86	86
Subtotal	857	915	915
(Provisão para desvalorização de bens não de uso) ⁽¹⁾	(377)	(388)	(388)
Total	480	527	527
Ativo circulante	480	527	527

(1) Trata-se de provisão para desvalorização de bens reintegrados pela BB Leasing.

b) Despesas Antecipadas

	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
Despesas de seguros ⁽¹⁾	311	569	855
Comissões pela colocação de debêntures	210	230	251
Total	521	799	1.106
Ativo circulante	351	609	896
Ativo realizável a longo prazo	170	190	210

(1) Referem-se a despesas de seguros de bens arrendados embutidas nos contratos de arrendamento, apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito. Os pagamentos são feitos antecipadamente de acordo com os normativos que regem os contratos de leasing e opção do arrendatário quanto à inclusão do seguro no contrato.

10 – IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO
a) Imobilizado de Arrendamento

	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
Arrendamento financeiro			
Bens arrendados	344.902	452.255	569.500
Veículos e afins	132.074	189.011	247.571
Máquinas e equipamentos	132.771	167.762	212.637
Imóveis	7.862	7.862	7.862

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2018

b) Outras Despesas Administrativas

	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Despesas de processamento de dados	(528)	--	(991)	--
Serviços do sistema financeiro	(451)	(1.306)	(1.083)	(3.548)
Tarifa/Comissão de fiança	(512)	(929)	(777)	(1.328)
Seguros	(111)	(170)	(258)	(341)
Corretagens e emolumentos	(33)	(58)	(74)	(121)
Publicações	(62)	(59)	(64)	(63)
Emolumentos judiciais e cartorários	(4)	(19)	(8)	(24)
Outras	(20)	(16)	(35)	(37)
Total	(1.721)	(2.557)	(3.290)	(5.462)

c) Outras Receitas Operacionais

	Nota	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Reversão/Baixa de provisões fiscais e cíveis	20.b	1.891	3.174	5.724	4.316
Devedores por depósitos em garantia		750	750	1.562	1.573
Outras		30	141	54	169
Total		2.671	4.065	7.340	6.058

d) Outras Despesas Operacionais

	Nota	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Provisões fiscais e cíveis	20.b	(1.714)	(942)	(3.925)	(2.212)
BB – custos indiretos/suporte operacional		(164)	(123)	(329)	(325)
Registro de contratos		(10)	(8)	(19)	(16)
Atualização monetária de dividendos		--	--	(285)	(914)
Despesas com acordo judicial		--	--	(7)	(9)
Outras		(6)	(5)	(17)	(15)
Total		(1.894)	(1.078)	(4.582)	(3.491)

15 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Receitas não operacionais	70	--	70	--
Lucro na alienação de valores e bens	59	--	59	--
Reversão de provisão não operacional	11	--	11	--
Total	70	--	70	--

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 3.261.860 mil (R\$ 3.261.860 mil em 31.12.2017 e 30.06.2017) está dividido em 3.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 4.613.283 mil (R\$ 4.548.114 mil em 31.12.2017 e R\$ 4.474.015 mil em 30.06.2017) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1.537,76 por ação (R\$ 1.516,03 em 31.12.2017 e R\$ 1.491,33 em 30.06.2017).

b) Reservas de Lucros

	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
Reserva legal	88.618	84.344	79.485
Reserva estatutária	1.262.805	1.201.910	1.132.670
Margem operacional	1.262.805	1.201.910	1.132.670
Total	1.351.423	1.286.254	1.212.155

A Reserva Estatutária de Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Lucro líquido do período	85.468	127.639
Reserva legal constituída no período	(4.274)	(6.382)
Lucro acumulado	--	--
Base de cálculo	81.194	121.257
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	20.299	30.314
Reserva estatutária constituída no período	60.895	90.943
Total destinado ao acionista	20.299	30.314
Lucro líquido após as destinações	0	0

17 – TRIBUTOS
a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Valores correntes	(40.209)	(50.119)	(71.404)	(121.738)
IR e CSLL no País	(40.209)	(50.119)	(71.404)	(121.738)
Valores diferidos	(3.466)	1.920	4.144	16.289
Passivo fiscal diferido	(13.334)	(12.862)	5.704	135.886
Ajuste da carteira de arrendamento	6.420	5.977	15.979	12.113
Marcação a mercado	(19.754)	(18.839)	(10.275)	123.773
Ativo fiscal diferido	9.868	14.782	(1.560)	(119.597)
Marcação a mercado	20.349	19.179	11.914	(110.589)
Diferenças intertemporais	(10.481)	(4.397)	(13.474)	(9.008)
Total	(43.675)	(48.199)	(67.260)	(105.449)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Resultado antes dos tributos	74.667	108.235	152.728	233.088
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(33.600)	(48.706)	(68.728)	(104.890)
Consumo de crédito tributário - recuperação de operações	(9.540)	--	(9.540)	--
Descontos concedidos em operações recuperadas de perdas	--	--	10.828	--
Outros valores	(535)	507	180	(559)
IR e CSLL do período	(43.675)	(48.199)	(67.260)	(105.449)

c) Despesas Tributárias

	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Cofins	(2.960)	(4.742)	(6.058)	(10.533)
PIS/Pasep	(481)	(771)	(985)	(1.712)
ISSQN	(229)	(394)	(588)	(826)
Total	(3.670)	(5.907)	(7.631)	(13.071)

d) Passivo Fiscal Diferido

	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
Decorrentes de marcação a mercado	26.057	14.528	26.082
Decorrentes do ajuste da carteira de arrendamento	35.958	51.938	67.317
Total	62.015	66.466	93.399
IR	50.474	60.031	81.847
CSLL	8.709	4.856	8.718
Cofins	2.436	1.358	2.438
PIS/Pasep	396	221	396

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2017	1º Semestre/2018	30.06.2018	30.06.2017
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	54.416	26.938	(27.045)	54.309
Marcação a mercado	12.342	22.924	(9.557)	25.709
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.370	1.995	(14.746)	21.619
Provisões passivas	7.549	2.019	(2.738)	6.830
Outras provisões	155	--	(4)	151
Superveniência de depreciação	89.297	--	(14.035)	75.262
Total	143.713	26.938	(41.080)	129.571
IR	122.465	15.279	(30.289)	107.455
CSLL	19.907	9.168	(9.753)	19.322
Cofins	1.153	2.143	(893)	2.403
PIS/Pasep	188	348	(145)	391

f) Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação anual, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação projetada para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2018	36.800	35.658
Em 2019	30.900	28.431
Em 2020	31.037	26.445
Em 2021	19.553	15.647
Em 2022	3.222	2.345
Em 2023	3.036	2.044
Em 2024	3.035	1.892
Em 2025	1.988	1.157
Total de créditos tributários em 30.06.2018	129.571	113.619

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

A

Diretoria e ao Acionista da

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Brasília – DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("BB Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações para os períodos de três e seis meses findos nessa data e os respectivos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A BB Leasing registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.e. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas dos ativos circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado para os períodos de três e seis meses e do patrimônio líquido em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria para o período de seis meses corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

No 1º semestre de 2018, observou-se a realização de créditos tributários na BB Leasing no montante de R\$ 41.080 mil.

18 – PARTES RELACIONADAS

A BB Leasing não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Leasing realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A. transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em depósitos interfinanceiros, empréstimos e operações com instrumentos financeiros derivativos. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações entre partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis com as praticadas com terceiros, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	Nota	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
Ativos				
Disponibilidades	4	119	19	166
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	5.a	4.309.668	4.315.335	4.149.440
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	7.227.463	11.182.159	14.980.276
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	--	1	34
Recursos de debêntures	11.a	7.082.969	11.043.387	14.850.054
Dividendos e bonificações a pagar	13.a	20.299	23.080	30.314
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.c	483	634	943

Demonstração do Resultado		2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	65.455	102.041	132.578	220.515
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	122.933	421.995	281.638	1.994.291
Despesas de captação no mercado - remuneração/juros	11.b	(120.347)	(417.183)	(275.917)	(1.978.307)
Despesas de pessoal		(638)	(429)	(1.321)	(879)
Despesa de processamento de dados	14.b	(528)	--	(991)	--
Tarifa/Comissão de fiança	14.b	(512)	(929)	(777)	(1.328)
Corretagens e emolumentos	14.b	(33)	(58)	(74)	(121)
Emolumentos judiciais e cartorários	14.b	(4)	(19)	(8)	(24)
Atualização monetária de dividendos	14.d	--	--	(285)	(914)
BB - custos indiretos/suporte operacional	14.d	(164)	(123)	(329)	(325)
Outras despesas administrativas		(75)	(69)	(86)	(88)

19 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A BB Leasing não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A.. A BB Leasing ressarce ao Banco as despesas correspondentes (Nota 18).

20 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES
a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes – Prováveis
Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de leasing.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis

	2º Trimestre/2018	2º Trimestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Demandas fiscais				
Saldo inicial	11.974	15.396	13.674	15.554
Constituição	282	152	962	406
Reversão da provisão	(1.108)	(2.278)	(3.668)	(3.137)
Baixa por pagamento	--	--	--	--
Atualização monetária	175	356	355	803
Saldo final	11.323	13.626	11.323	13.626
Demandas cíveis				
Saldo inicial	5.27			

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2018

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável os saldos dos instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor de mercado e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB Leasing, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB Leasing. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da BB Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a BB Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da BB Leasing são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base

nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB Leasing.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB Leasing. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 21 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do CA, todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (BB Leasing).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Programa Destaque em Governança das Estatais (PDGE), Estatuto Social do BB e por seu Regimento Interno.

Os administradores da BB Leasing são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

O Comitê de Riscos e de Capital (Coris) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Leasing está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, Diretoria, Banco Central do Brasil (Bacen) e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da BB Leasing.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, gestão de riscos, governança corporativa, segurança e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes de qualquer valor e de inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, perpetradas pela administração ou por terceiros.

IV. Auditorias Interna e Independente

No período não foram realizados trabalhos pela Auditoria Interna.

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, avalia, previamente à contratação, a existência de conflitos na prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado.

V. Transações com partes relacionadas

Com o objetivo de avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, o Comitê realizou reuniões com as áreas de primeira e de segunda linhas de defesa e com as auditorias interna e independente.

VI. Sistema de controles internos (SCI) e exposição a risco

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), e, também, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

O Coaud, em conjunto com o Coris, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos. Também realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital.

VII. Demonstrações contábeis

O Coaud examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria (Coger).

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente datado de 21/08/2018, relativos ao semestre findo em 30/06/2018.

VIII. Recomendações do Comitê de Auditoria

Não houve recomendações no período.

IX. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a. o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b. a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;
- c. as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período observaram as normas aplicáveis e não foi identificada a existência de ocorrências de inadequação;
- d. as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração;
- e. as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing em 30/06/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen;

Brasília-DF, 21 de agosto de 2018.

Luiz Serafim Spinola Santos

Antônio Carlos Correia

Marcos Tadeu de Siqueira

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Antonio Mauricio Maurano

DIRETOR-VICE-PRESIDENTE

Bernardo de Azevedo Silva Rothe

DIRETOR-GERENTE

Fabiano Macanhã Fontes

CONSELHO FISCAL

Leonardo Lobo Pires (Presidente)

Erivaldo Alfredo Gomes

José Ricardo Baitello

COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia (Coordenador)

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87